



Em defesa da PETROBRÁS

(O esquema PP)

A AEPET tomou conhecimento de gravíssimas denúncias envolvendo interesses estranhos de vários nomes do primeiro escalão do Governo na PETROBRÁS através da matéria publicada pelo jornal "O Estado de São Paulo", no dia 22 de março último. Na Assembléia Geral de Acionistas da empresa, realizada no dia 23 de março, a diretoria da AEPET solicitou imediata apuração dos fatos.

Na nota "Aos acionistas da PETROBRÁS" lida, naquela ocasião, a diretoria da AEPET destacava no item 24: "Finalmente, quando concluímos a redação deste documento que ora dirigimos à Assembléia de Acionistas da PETROBRÁS, tomamos conhecimento de denúncia gravíssima feita pelo jornal O Estado de São Paulo, na edição de 22/03/92, envolvendo nomes de diversos membros da direção da Companhia, além de autoridades que ocupam posições no primeiro escalão do Governo Federal. Para a preservação dos princípios constitucionais da publicidade, da legalidade e da moralidade que deve nortear a administração pública é absolutamente indispensável e da maior urgência que todas estas denúncias se-

jam completamente apuradas e esclarecidas para a opinião pública, uma vez que atingem e maculam a imagem da PETROBRÁS"

Na ocasião, o então presidente da PETROBRÁS, Ernesto Weber, comunicou a formação de duas Comissões de Inquérito para apurar as denúncias formuladas.

Dias mais tarde, em Brasília, a diretoria da AEPET manteve vários encontros com parlamentares da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, apoiando integralmente a proposta de instauração de uma CPI para apurar detalhadamente todos os fatos ocorridos envolvendo o nome da PETROBRÁS para que a imagem de seriedade da Companhia seja preservada. A proposta da CPI fora formulada, anteriormente, pelo deputado federal José Dirceu (PT-SP). A AEPET solicitou que as autoridades envolvidas no escândalo fossem convocadas a depor. A diretoria da entidade manteve contato também com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) com o mesmo intuito, já que o senador tomara a iniciativa de esclarecer os motivos da saída dos ex-diretores Mauricio Alvarenga e Carlos Tadeu.

A gravidade dos fatos trazidos ao conhecimento do público sobre

tráfico de influência e corrupção praticados por autoridades do primeiro escalão do governo federal envolvendo a PETROBRÁS levou a Associação a publicar um "Manifesto dos Empregados da PETROBRÁS à população" em vários jornais do País, juntamente com a diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ).

O manifesto saiu nos seguintes órgãos de imprensa: Jornal do Brasil, Tribuna da Imprensa, Hora do Povo e Correio Braziliense. Os recursos para a publicação foram recolhidos entre os empregados da estatal pelos Núcleos em Defesa da PETROBRÁS. No final do mês de abril, a AEPET compareceu à Polícia Federal, levando subsídios para que o nome da PETROBRÁS não fique maculado e para que haja paz no seio do seu corpo técnico. E um segundo manifesto foi publicado no Correio Braziliense.

A AEPET quer uma apuração detalhada de todos os fatos, inclusive com depoimento de todos os nomes envolvidos na questão para que se restabeleça a boa imagem da PETROBRÁS, não pairando nenhuma dúvida sobre ela e para que possa haver tranquilidade de trabalho para seu corpo técnico.

Cartas recebidas pela AEPET

A AEPET recebeu, nos últimos dias, cartas dos seguintes associados: Walter Pereira Formosinho, Raul Mosmann, Nelson Ferreira da Silva e Marco Antônio Tristão. Estamos transcrevendo abaixo estas cartas

4

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1992

Aos amigos da AEPET

Como todos sabem, após 23 anos de serviços à nossa PETROBRAS, onde ingressei por concurso público, fui demitido, em 02/04/92, de forma injusta e grosseira e com intensa repercussão negativa na imprensa de todo o país. É indispensável frisar o abalo que tais fatos causaram e estão causando, não só à minha pessoa, como, também, e principalmente, à minha família. Durante este período na PETROBRÁS, sempre defendi com ardor os pontos que considerava do interesse da empresa e do país. Os que me conhecem sabem perfeitamente que nunca recuei em função de qualquer obsláculo, mesmo aqueles que representavam claramente o interesse de poderosos grupos. Desde 1975, ou seja, há mais de 16 anos contínuos, vinha ocupando funções, hoje equivalentes à de Chefe de Empreendimento, tendo sido responsável direto pela gerência de investimento em valores superiores a US\$ 2 bilhões. Ao longo da minha vida na empresa nunca deixei de ser avaliado em nível superior, nunca deixei de ser promovido no menor espaço de tempo possível, tendo alcançado a categoria IV em 1985, com 16 anos de empresa e sem qualquer tipo de apoio que não fosse o resultado do meu próprio trabalho. Informo que fornecerei, a qualquer um que solicite, autorização

para que a Petrobrás, minha única fonte de renda, entregue a relação dos meus rendimentos durante toda a minha vida profissional, como também, autorização para pesquisa em qualquer banco, instituição financeira ou administração de cartão de crédito, para verificação da existência de alguma incompatibilidade entre os bens que possuo e o movimento de contas bancárias. Por mais paradoxal que pareça, a defesa dos mais altos interesses da empresa foi o motivo da minha demissão, arbitrária e política, razão pela qual não poderei aceitá-la passivamente. Agradecendo de todo coração o enorme apoio recebido dos meus amigos e colegas e conclamando a todos a não esmorecerem na luta para superação do difícil momento por que passa nossa empresa e o nosso país, deixo para nossa reflexão, três simples mensagens: — "Qualquer reino dividido contra si próprio será arruinado. E qualquer cidade ou família dividida contra si mesma, não ficará de pé." — "Ou dizeis que uma árvore é boa, e o seu fruto é bom; ou dizeis que uma árvore é má, e seu fruto é mau; porque pelo fruto se conhece a árvore." — "Da maneira como quereis que os homens vos tratem, tratai-os vós também igualmente a eles."

Muito obrigado,

Marco Antônio da Rocha Tristão

3

1

AOS COMPANHEIROS DA PETROBRÁS
Sinto-me na obrigação de, em respeito aos técnicos da PETROBRÁS, dar conhecimento a todos do teor da carta que estou enviando hoje, para publicação na revista Isto É.

Senhor Redator
Com referência às notícias veiculadas pela revista Isto É (nº 1174 de 01/04/92 em circulação dia 29/03/92) sobre possíveis irregularidades na PETROBRÁS, insinuando o meu envolvimento no assunto, declaro:
— Empregado da PETROBRÁS desde 18 de janeiro de 1957 não sou, nem nunca fui, ligado a, ou "simpatizante" de qualquer grupo político ou econômico.

— Deste modo repudio, com veemência, insinuações infundadas de que, na qualidade de Secretário Geral da PETROBRÁS pudesse estar passando a terceiros informações privilegiadas sobre decisões da Diretoria Executiva da PETROBRÁS. Todos os comunicados de Decisão emitidos pela Secretaria Geral são feitos a todos os Departamentos e Serviços interessados no assunto em pauta, simultaneamente e em igualdade de condições, em estrito cumprimento das normas da Companhia.

Walter Pereira Formosinho
Engenheiro de Produção IV
Secretário Geral de Petrobrás
Rio de Janeiro, 30 de março de 1992

2

Rio de Janeiro, 31 de março de 1992

Prezados Senhores,

Sem nenhum fundamento, até mesmo sem alusão a qualquer fato concreto sob minha gestão como Diretor, tenho sido apontado na imprensa como integrante de um esquema destinado a amparar interesses de empresas que prestam serviços ou vendem equipamentos à PETROBRÁS. Tenho razões para acreditar que a origem e o objetivo desta escalada de notícias transcendem a minha esfera pessoal e profissional. Sem prejuízo, entretanto, das ações e razões que venham a ser apresentadas neste "tribunal do ouvi dizer", cabe-me exercer o preliminar direito de defesa. Em primeiro lugar, devo declarar que, em 29 anos de vida profissional, jamais fui acusado de qualquer deslize ou irregularidade. Há 8 meses fui designado Diretor da PETROBRÁS, cabendo-me a supervisão das áreas de exploração, perfuração e produção. O volume de contratações dessas áreas é muito grande, pelo que são adotados na PETROBRÁS procedimentos descentralizados sujeitos a

Carta da AEPET à PETROBRÁS

A carta abaixo foi enviada pela AEPET ao então presidente da PETROBRÁS com o objetivo de esclarecer algumas irregularidades surgidas:

Rio de Janeiro, 06 de abril de 1991.

Eu fui injustamente demitido da PETROBRÁS com as suposições, sem que me fossem dadas as razões e o direito de defesa. A aplicação que encontro é que era conveniente — ainda que não — dar rapidamente alguma satisfação à opinião pública com o slogan "Bode Expiatório" para alegadas irregularidades na empresa. Eu tive trabalhado fora da PETROBRÁS por quase 04 (quatro) anos. Retornei em abril de 1991 e permaneci sem qualquer função específica até 15 de agosto de 1991, quando, por curto período, chefeei até 21 de novembro de 1991, pela terceira vez, o Departamento de Comercialização de Produtos Especiais, do Departamento Comercial. Aliás, fui o primeiro chefe desse setor por ocasião de sua criação há 09 (nove) anos e atribuo minha indicação para ocupar mais uma vez a chefia apenas a critérios técnicos e experiência na área. Não vou deixar que o ato leviano da minha demissão atinja uma carreira honrada e construída em mais de 20 (vinte) anos de trabalho técnico e profissional, ocupando diversos cargos e funções de relevo em empresas e órgãos dos Governos Federal e Estadual, o que muito me orgulho. Para tanto, usarei os expedientes jurídicos pertinentes. Os que me conhecem e os que comigo conviveram ao longo da minha vida sabem da retidão do meu comportamento. Não cometi qualquer irregularidade. Estou com a consciência tranqüila e plenamente confiante na reparação da inominável injustiça de que fui vítima, pelo que, como referido, recorrerei a todos os meios legais.

Atenciosamente,

Nelson Ferreira da Silva

distintos níveis de aprovação e controle. Acrescente-se ainda as compras e contratações de grande porte são aprovadas pela Diretoria Executiva da PETROBRÁS em regime de sigilo, sujeitando-se posteriormente às auditorias internas e externas, inclusive do TCU. É francamente favorável à permanente fiscalização pela imprensa e opinião pública dos atos dos administradores, com o objetivo de assegurar a transparência e a lisura dos procedimentos. Considero injusto, entretanto, que se dê o aldo a acusações não fundamentadas, desrespeitando o direito constitucional da inviolabilidade da honra e da imagem das pessoas. É, aliás, notório que, nos períodos em que ocorre às bruxas, os delatores acobertados pelo anonimato têm o direito de incluir eventuais desafetos entre os supostos agressores. Portanto, o envolvimento do meu nome no noticiário sobre as alegadas irregularidades na PETROBRÁS.

Atenciosamente

Raul Mosmann
Diretor da PETROBRÁS

Rio de Janeiro, 03 de abril de 1992

Ao
Presidente da PETROBRÁS
Engº Ernesto Teixeira Weber

Ass.: Assembléia de Acionistas da PETROBRÁS de 23.03.92

Prezado Senhor,

Tomamos conhecimento, pela imprensa, da determinação de V.Sa. em providenciar auditoria na PETROS para investigar denúncias da AEPET sobre a venda de Ações da PETROQUISA;

2. Como já havíamos comunicado aos acionistas da PETROBRÁS, nossas preocupações referem-se ao possível vazamento de informações da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, relativas ao fechamento de capital da PETROQUISA, beneficiando especuladores;

3. Conforme esclarecimentos obtidos junto à direção da PETROS, aquela venda teve por objetivo a aquisição de novos títulos, dentre os quais os da Eletrobrás e Telebrás, que se mostraram de rentabilidade muito superior aos da PETROQUISA. A própria diretoria da PETROS havia sugerido a auditoria, de forma a esclarecer quaisquer dúvidas;

4. O interesse na compra das ações da PETROQUISA, em tal quantidade, quando se anunciava a venda de sua participação nas empresas mais rentáveis da petroquímica, é que não fazia sentido;

5. Para se precaver contra ações de acionistas minoritários, a Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, recomendou, em 23 de janeiro deste ano, o fechamento do capital da PETROQUISA. A recomendação foi acatada pelo Conselho de Administração da PETROBRÁS, acarretando a suspensão dos negócios destas ações nas Bolsas de Valores;

6. Desde meados de 1991, corriam boatos no mercado que a Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização estava estudando a possibilidade de recomendar o fechamento do capital da PETROQUISA, para evitar questionamentos de seus acionistas minoritários;

7. A decisão da Comissão de Desestatização, além de autoritária, evidencia o desprezo pelos legítimos interesses de milhares de acionistas minoritários que adquiriram as ações da PETROQUISA, após ampla Campanha publicitária, quando do lançamento daquelas ações;

8. Esta ação nos parece inócua, uma vez que os próprios acionistas da PETROBRÁS, em número muito superior, farão valer seus direitos, conforme já alertávamos na Assembléia de acionista da PETROBRÁS;

9. Tomamos conhecimento também, através dos jornais, de notícias espalhadas no dia de ontem por especuladores sobre a intervenção em fundos de previdência privada de empresas estatais. O objetivo dos especuladores seria mudar os rumos dos investimentos no mercado futuro de índices, no dia 15, e de opções, no dia 20;

10. Ao mesmo tempo, o Governo Federal demonstra interesse na transferência do patrimônio destes fundos dos empregados de estatais, para a administração de grandes bancos privados, como o Bradesco e Itaú.

11. As suspeitas de interferência nos fundos, denunciadas pela imprensa, são mais facilmente detectadas e evitadas, quando as fundações pertencem aos próprios mantenedores, como ocorre com a PETROS.

Se estivessem sob o controle de outras entidades de previdência, estas interferências seriam de difícil controle, causando grandes prejuízos a seus mutuários.

Na certeza de termos esclarecido nosso posicionamento,

Atenciosamente

Diretoria da AEPET

Os Manifestos

A gravidade dos fatos trazidos ao público sobre envolvimento de terceiros na PETROBRÁS levou a AEPET a publicar em vários jornais do País um "MANIFESTO DOS EMPREGADOS DA PETROBRÁS À POPULAÇÃO", assinado em conjunto com o Sindipetro-RJ e viabilizado por

recursos recolhidos entre os empregados da estatal pelos Núcleos em Defesa da PETROBRÁS. Ainda no mês de abril passado foi publicado um segundo manifesto, assinado pela AEPET e várias outras entidades e publicado no Correio Braziliense. Eis a íntegra dos dois manifestos:



AEPET
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

MANIFESTO DOS EMPREGADOS DA PETROBRÁS À POPULAÇÃO

Diante dos fatos trazidos ao conhecimento público pela imprensa a respeito de tráfico de influência praticado por autoridades do primeiro escalão do governo federal e corrupção envolvendo a PETROBRÁS e a PETROS, sentimos no dever de repudiar, com a maior veemência, toda e qualquer irregularidade que tenha sido praticada. Exigimos publicamente a mais rigorosa apuração de todas as acusações por meio de instituições não comprometidas com o fato, tais como o Tribunal de Contas da União, a Procuradoria Geral da República, o Congresso Nacional, bem como punição rigorosa de todos aqueles envolvidos em atos ilícitos.

Nesta oportunidade, destacamos o trabalho desenvolvido a respeito pelos profissionais da imprensa, que demonstraram elevado grau de independência em favor do interesse nacional.

AEPET — Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS

SINDIPETRO-RJ — Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

- *Correio Braziliense* 14-4-92
- *Jornal do Brasil* 16-4-92
- *Hora do Povo* 15-4-92
- *Tribuna da Imprensa* 11-4-92

CORREIO BRAZILIENSE, BRASÍLIA, 29/4/92

A PETROBRÁS MERECE RESPEITO

As entidades que subscrevem este documento não só proclamam os indiscutíveis méritos da PETROBRÁS como empresa realmente moderna, dotada dos mais elevados padrões de eficiência e tecnologia, produtividade e competitividade, como, vêm, de público, alertar o Governo quanto à imperiosa necessidade de dispensar à Companhia um tratamento compatível com o fundamental e estratégico papel que ela desempenha para a segurança e o desenvolvimento nacional.

Aliás, a PETROBRÁS, pelo seu valor e realizações, goza da mais ampla credibilidade internacional junto às comunidades científicas, técnicas e financeiras, vinculadas ao mundo do petróleo.

Impõe-se, assim, que o Governo nas suas relações com a PETROBRÁS, obedecendo à Constituição e às leis, modifique a política que tem adotado, sacrificando a capacidade de investimento da Empresa. Sendo, como são, os investimentos da PETROBRÁS, indispensáveis ao progresso e à retomada do desenvolvimento do país, estimulando milhares de empresas privadas e dando combate à recessão e ao desemprego, não se compreende que o Governo acumule dívidas com a PETROBRÁS da ordem de US\$ 2,6 bilhões, desrespeitando inclusive decisão do Tribunal de Contas da União.

Não se compreende, também, a conduta do Governo, promovendo a descontinuidade administrativa, com a sucessão de nomeações de 4 presidentes e 13 diretores, em apenas 2 anos.

Não se compreende, ainda, que havendo a legislação formalizado a PETROBRÁS em bases empresariais, venha o atual governo sufocando a necessária autonomia de gestão da Companhia, o que nada tem a ver com o legítimo controle que deve ser exercido pela Administração Pública.

Não se compreende, muito menos, que não se respeite os direitos de centenas de milhares de acionistas minoritários, os quais, pela primeira vez, nos 38 anos de existência da PETROBRÁS, deixarão de receber dividendos, em face da política adotada pelo Governo.

O sucesso da PETROBRÁS explica-se pela alta qualificação dos seus quadros gerenciais, técnicos e administrativos, pela probidade de seus empregados e pelos padrões éticos predominantes na Empresa.

Dessa maneira repugna à sociedade e aos que trabalham na PETROBRÁS, os recentes e lamentáveis episódios que envergonham a Nação, sacrificando a imagem da Companhia. Imagem que somente poderá ser preservada com a rigorosa apuração dos fatos e punição dos culpados.

Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS-AEPET / MO-DECON-Movimento em Defesa da Economia Nacional / Federação Nacional dos Engenheiros / Central Única dos Trabalhadores-CUT / Comando Nacional dos Petroleiros / Federação Nacional dos Médicos / Federação das Associações de Militares da Reserva-FAMIR / Clube de Engenharia-RJ / Conselho Federal de Medicina / Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo / Coordenação Nacional dos Geólogos-CONAGE.